

CORREIO ECONÔMICO

POR MARTHA IMENES



Previsão da cotação do dólar é de R\$ 5,42 para o fim do ano

Mercado mantém previsões para economia e inflação

O Boletim Focus, divulgado nesta segunda-feira (2) pelo Banco Central, mostrou estabilidade nas projeções do mercado financeiro para os principais indicadores econômicos. A pesquisa semanal reúne estimativas de instituições financeiras sobre crescimento da economia, inflação, câmbio e juros.

A expectativa para a expansão da economia brasileira em 2026 segue em 1,82%. Para os anos seguintes, as projeções são de 1,8% em 2027 e 2% em 2028 e 2029.

Para 2027, a projeção para o Produto Interno Bruto (PIB, a soma dos bens e serviços produzidos no país) ficou em 1,8%. Para 2028 e 2029, o mercado financeiro estima expansão do PIB em 2%, para os dois anos.

Expansão da indústria e agropecuária

Puxada pelas expansões da indústria e da agropecuária, no terceiro trimestre de 2025 a economia brasileira cresceu 0,1%, o que é considerado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) como estabilidade. A divulgação do PIB consolidado de 2025 está agendada para esta terça-feira (3). Em 2024, o PIB fechou com alta de 3,4%. O resultado representa o quarto ano seguido de crescimento, sendo a maior expansão desde 2021.



Previsão para o IPCA ficou estável em 3,9%

Previsão do dólar é de R\$ 5,42

A previsão da cotação do dólar está em R\$ 5,42 para o fim deste ano. No fim de 2027, estima-se que a moeda norte-americana fique em R\$ 5,50. Ainda conforme o boletim Focus, após sete semanas de queda, a previsão para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ficou estável em 3,91% para 2026. Para 2027, a estimativa recuou ligeiramente para 3,79%, enquanto para 2028 e 2029 permanece em 3,5%. Em 2025, a inflação acumulada foi de 4,44%, pressionada por aumentos na conta de luz e na gasolina.

Meta de inflação e taxa de juros

Para alcançar a meta de inflação, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de juros (Selic), definida atualmente em 15% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do BC. Apesar do recuo da inflação e do dólar, o colegiado não interferiu nos juros na última reunião, pela quinta vez seguida, no fim de janeiro. A estimativa ficou em: 12% ao ano até o final de 2026.

Taxa de importação

O governo federal decidiu revisar as tarifas de importação de smartphones e de produtos eletroeletrônicos. A medida foi aprovada na sexta-feira (27) pelo Comitê-Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior (Gecex). O impacto da decisão sobre os preços ao consumidor é “praticamente nulo”, estimado em 0,062%.

Produção

O cálculo é de Uallace Moreira Lima, secretário de Desenvolvimento Industrial, Inovação, Comércio e Serviços do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. Segundo ele, a produção de celulares no país já é majoritariamente nacional: cerca de 95% dos aparelhos comprados são fabricados no Brasil.

120 itens

A decisão do governo envolve 120 produtos. Desse total, 105 itens tiveram o imposto de importação zerado; 15 produtos continuaram nos percentuais anteriores. Entre eles, notebooks, smartphones, roteadores, impressoras em braile e mesas digitalizadoras. Os itens seriam reajustados para 16% ou 20%.

Condições

Na prática, a medida aprovada na sexta-feira pela Camex mantém as condições anteriores para esses produtos e amplia a lista de itens com tarifa zerada. Segundo informações de Uallace Moreira Lima, o objetivo central da decisão é defender a cadeia produtiva nacional e, ao mesmo tempo, manter baixos os custos de produção.

Regime

O secretário explicou que foi mantido o regime de ex-tarifário, que reduz praticamente a zero o imposto de importação para determinados bens. “A lógica é garantir que as empresas continuem tendo acesso a insumos e equipamentos com menor custo, sem prejudicar a indústria nacional.”

Ex-tarifário

A concessão de ex-tarifário, quando for solicitada pela indústria, será dada automaticamente, antes da análise de 150 dias para averiguar se o item tem produção nacional. Para o governo, a calibragem das tarifas permite proteger a produção, o emprego e a renda, sem gerar aumento de preços para a população.



Em novembro, o volume ultrapassou 1 milhão de transações

Parabéns? Pix por aproximação fez um ano

De 6,33 bilhões de transferências, apenas 0,01% foi por aproximação

Por Martha Imenes

Criado para agilizar pagamentos, o Pix por aproximação completou um ano e está longe de conquistar o público. Dados do Banco Central (BC) mostram que, em janeiro, a modalidade representou apenas 0,01% das transações e 0,02% do valor movimentado pelo sistema.

No mês, foram realizadas 6,33 bilhões de transferências via Pix, das quais 1,057 milhão ocorreu por aproximação — quando o celular é encostado em maquininhas ou computadores. O volume financeiro somou R\$ 568,7 milhões, frente a um total de R\$ 2,69 trilhões movimentados.

Segundo Gustavo Lino, diretor executivo da Associação dos Iniciadores de Transação de Pagamento (Init), as restrições de segurança e os limites operacionais impostos pelo BC retardam a adesão. Ainda assim, ele aponta tendência de expansão, sobretudo em empresas.

“O potencial é grande, sobretudo quando a oferta amadurece e passa a suportar mais casos de uso, inclusive no ambiente corporativo”, afirma.

Apesar da baixa participação, os números mostram avanço. Em julho de 2025, cinco meses após o lançamento, apenas 35,3 mil operações haviam sido registradas. Em novembro, o volume ultrapassou 1 milhão de transações.

O valor movimentado também

cresceu: de R\$ 95 mil em julho para R\$ 133 milhões em dezembro.

Para evitar fraudes, o BC estabeleceu limite padrão de R\$ 500 por transação quando o pagamento é feito via Google Pay, presente em mais de 80% dos celulares no país. Nos aplicativos dos bancos, os clientes podem ajustar valores máximos por operação ou por dia.

O principal diferencial da modalidade é a rapidez: basta aproximar o celular, sem necessidade de abrir aplicativo, digitar senha ou escanear QR Code. A experiência se aproxima ao uso de cartões com tecnologia NFC, reduzindo filas em estabelecimentos.

Por outro lado, algumas instituições oferecem o Pix no crédito, que permite parcelamento, mas com cobrança de juros.

O Banco Central (BC) desistiu de criar regras específicas para o Pix Parcelado, modalidade que permite dividir pagamentos via Pix com cobrança de juros, semelhante ao crédito. A decisão foi comunicada durante reunião do Fórum Pix, em Brasília, após sucessivos adiamentos.

O que motivou a desistência, segundo a autoridade monetária, foi a complexidade regulatória por conta da padronização da ferramenta, que poderia “engessar” o sistema. Com isso, o BC optou por deixar que cada instituição ofereça sua própria versão do produto, sem uma regulação centralizada.